



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE GEOGRAFIA

HIAN CHRYSTIAN FERREIRA DE ALMEIDA

**URBANIZAÇÃO, MORADIA POPULAR E ENSINO DE GEOGRAFIA:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

ANANINDEUA - PA

2026

HIAN CHRYSTIAN FERREIRA DE ALMEIDA

**URBANIZAÇÃO, MORADIA POPULAR E ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Artigo científico apresentado como trabalho de conclusão de curso e requisito para obtenção de título de Licenciado em Geografia pela faculdade de Geografia, do *Campus* Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. Aluisio Fernandes da Silva Junior

ANANINDEUA - PA

2026

HIAN CHRYSTIAN FERREIRA DE ALMEIDA

**URBANIZAÇÃO, MORADIA POPULAR E ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Data de aprovação: 27/02/2026

Conceito: BOM

Banca Examinadora

Presidente – Orientador

Prof. Dr. Aluisio Fernandes da Silva Junior

Faculdade de Geografia – FAGEO

Campus Universitario de Ananindeua - CANAN

Universidade Federal do Pará - UFPA

Avaliador Interno

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares

Faculdade de Geografia – FAGEO

Campus Universitário de Ananindeua - CANAN

Universidade Federal do Pará – UFPA

Avaliador Externo

Prof. Dr Mateus Monteiro Lobato

Faculdade de Geografia

Campus Universitário de Altamira

Universidade Federal do Pará

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MCMV – Programa de moradia popular Minha Casa, Minha Vida

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

SEMEC – Secretaria municipal de educação de Ananindeua

RMB – Região Metropolitana de Belém

Sumário

Resumo.....	6
Abstract.....	6
1. Introdução	7
2. Urbanização e moradia popular: contradições e políticas públicas	12
3. Ensino de Geografia e leitura crítica da cidade	16
4. Análises e Implicações pedagógicas.....	21
5. Conclusão	25
6. Referências Bibliográficas	28

URBANIZAÇÃO, MORADIA POPULAR E ENSINO DE GEOGRAFIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II

HIAN CHRYSTIAN FERREIRA DE ALMEIDA

Resumo

Este artigo tem como objetivo geral analisar as relações entre o processo de urbanização brasileira, as políticas de moradia popular, com ênfase no programa Minha Casa Minha Vida, e o ensino de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental II, considerando suas possibilidades formativas para a leitura crítica da cidade. A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parte-se de como articular criticamente políticas habitacionais e de produção do espaço urbano no ensino fundamental. Problematisa-se como a escola pode articular conteúdos sobre cidade, desigualdades socioespaciais e direito à moradia, promovendo uma leitura crítica da realidade. Com base em revisão bibliográfica de autores como Callai, Cavalcanti, Corrêa, Mendes e outros, os resultados indicam que compreender as contradições da urbanização e os impactos de programas habitacionais é fundamental para formar cidadãos críticos e conscientes das dinâmicas urbanas e sociais do Brasil.

Palavras-chave: Urbanização; Minha Casa Minha Vida; Ensino de Geografia; Educação Básica; Amazônia.

Abstract

This article aims to analyze the relationships between the Brazilian urbanization process, public housing policies, with an emphasis on the Minha Casa Minha Vida program, and the teaching of Geography in the 8th grade of Elementary School II, considering its formative possibilities for a critical reading of the city. Based on the National Common Curricular Base (BNCC), it begins by exploring how to critically articulate housing policies and the production of urban space in elementary education. It problematizes how schools can articulate content about the city, socio-spatial inequalities, and the right to housing, promoting a critical reading of reality. Based on a bibliographic review of authors such as Callai, Cavalcanti, Corrêa, Mendes, and others, the results indicate that understanding the contradictions of urbanization and the

impacts of housing programs is fundamental to forming critical citizens aware of the urban and social dynamics of Brazil.

Keywords: Urbanization; Minha Casa Minha Vida; Geography Teaching; Basic Education; Amazon.

1. Introdução

A urbanização brasileira¹ é um dos fenômenos mais marcantes da formação territorial contemporânea e, ao mesmo tempo, um dos mais contraditórios. Desde meados do século XX, o país vivencia um processo acelerado de crescimento das cidades, que concentra populações, atividades econômicas e serviços, mas também reproduz desigualdades históricas.

Este artigo tem como objetivo geral analisar as relações entre o processo de urbanização brasileira, as políticas de moradia popular, com

¹ A urbanização brasileira pode ser compreendida, à luz de Milton Santos, como expressão de uma modernização seletiva e estruturalmente desigual. Intensificada a partir da década de 1950, no contexto da industrialização e da integração do território nacional aos circuitos do capitalismo internacional, a transição de um país majoritariamente rural para predominantemente urbano não ocorreu de forma homogênea, mas por meio da concentração de capital, infraestrutura e população em determinados polos dinâmicos. Para Santos (1993; 1996), trata-se de uma urbanização corporativa, orientada pelos interesses do mercado e do Estado desenvolvimentista, que produziu simultaneamente crescimento econômico e ampliação das desigualdades socioespaciais. Complementarmente, Corrêa (1999; 2011) argumenta que o espaço urbano deve ser entendido como produto e condição da reprodução social, sendo continuamente produzido por agentes distintos — Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários e grupos sociais — que disputam seu uso e sua valorização. Assim, a urbanização brasileira revela-se como processo contraditório de modernização e exclusão, no qual a produção do espaço urbano expressa relações de poder, interesses econômicos e desigualdades estruturais.

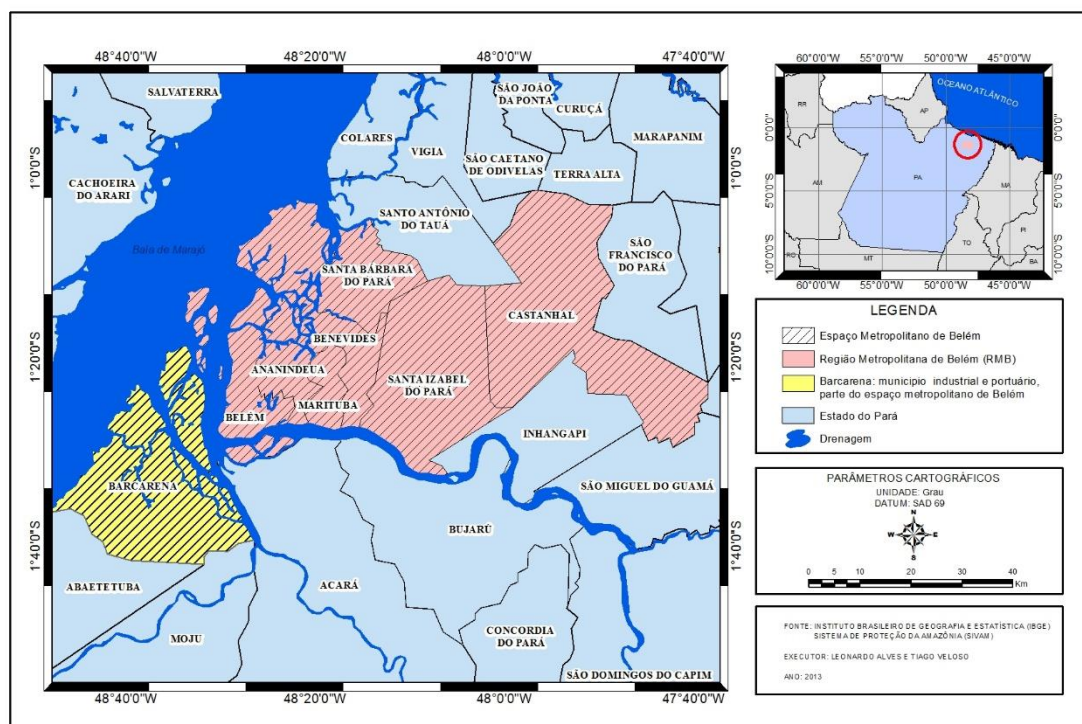
ênfase no programa Minha Casa Minha Vida², e o ensino de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental II, considerando suas possibilidades formativas para a leitura crítica da cidade. Nesse sentido, busca-se compreender as principais contradições socioespaciais produzidas pela urbanização e pela política habitacional no Brasil, especialmente em contextos urbanos amazônicos; examinar de que maneira os documentos curriculares, como a BNCC orientam o trabalho pedagógico com a temática da cidade e da moradia.

Programas de habitação popular, como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), surgem como respostas do Estado ao déficit habitacional e às demandas por inclusão social. Criado em 2009, o MCMV viabilizou o acesso à moradia para milhões de famílias, mas também gerou debates sobre seus impactos no espaço urbano. Em muitas cidades brasileiras, os conjuntos habitacionais foram implantados em áreas periféricas, reforçando a segregação socioespacial e criando novas centralidades.

Na Região Metropolitana de Belém, por exemplo, pesquisas demonstram que a expansão imobiliária relacionada a esses programas reconfigura as bordas da cidade, gerando o que Mendes (2023) chama de “multicentralidades” urbanas. Assim, a política habitacional, ao mesmo tempo em que garante casas, reorganiza a cidade e redefine fluxos de consumo e mobilidade.

Figura 1 – Mapa ilustrando a Região metropolitana de Belém.

² O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro, especialmente entre famílias de baixa renda, por meio da produção e do financiamento subsidiado de unidades habitacionais urbanas e rurais. Estruturado em diferentes faixas de renda, o programa articulou recursos da União, da Caixa Econômica Federal e do setor da construção civil, promovendo uma das maiores políticas habitacionais da história recente do país. Embora tenha possibilitado o acesso à moradia formal para milhões de famílias, estudos apontam que sua implementação ocorreu, em grande parte, em áreas periféricas e de menor valor fundiário, reforçando padrões de segregação socioespacial e expansão urbana dispersa (BRASIL, 2009; MENDES, 2023; MIRANDA NETO et al., 2025). À vista disso, o MCMV configura-se simultaneamente como política social de enfrentamento ao déficit habitacional e como mecanismo inserido na lógica de produção capitalista do espaço urbano.



Fonte: IBGE, 2020. Elaboração: SANTOS. T. V. 2015.

Essas contradições revelam que a urbanização brasileira não pode ser compreendida apenas como aumento do número de cidades ou da população urbana, mas como um processo social, político e econômico complexo. Corrêa (1999) destaca que o espaço urbano é produto de relações de produção, sendo continuamente apropriado e transformado por diferentes agentes – Estado, mercado, população – que disputam seu uso e seu valor.

Nesse contexto, programas como o MCMV operam não só como política social, mas também como estratégia de mercado, gerando oportunidades para o setor imobiliário e para a especulação fundiária. Essa dupla dimensão, social e mercantil, precisa ser discutida nas escolas para que os estudantes compreendam a cidade como resultado de conflitos e negociações.

O ensino de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental II oferece um campo privilegiado para essa reflexão. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece competências que estimulam a leitura crítica do mundo, a análise das desigualdades socioespaciais e a compreensão dos direitos sociais, entre eles o direito à moradia.

Nesse sentido, Callai (2005, 2013) defende que o ensino de Geografia deve partir da experiência do aluno, valorizando o estudo do município e do bairro como caminho para compreender processos mais amplos. Ao investigar a realidade próxima, os estudantes podem identificar transformações urbanas, problemas habitacionais, deslocamentos populacionais e novas centralidades, tornando-se protagonistas na construção do conhecimento geográfico. Cavalcanti (2008) complementa que a Geografia escolar deve promover a autonomia intelectual e a capacidade de interpretar criticamente as relações entre sociedade e espaço. Assim, discutir o MCMV em sala de aula não é apenas falar de moradias, mas de economia, política, ambiente e cidadania.

A vista disso, a metodologia adotada caracteriza-se como qualitativa e de natureza bibliográfica e documental, voltada à análise crítica da relação entre urbanização, políticas de moradia popular e ensino de Geografia no Ensino Fundamental II. A pesquisa fundamenta-se na revisão de literatura de autores da Geografia urbana e a escolha dos autores haja a impossibilidade de esgotar todas as fontes disponíveis, privilegiou os autores de maior relevância acadêmica no ano desta pesquisa, do campo da Geografia urbana Milton Santos, Corrêa, Mendes, na área de ensino de geografia Callai, Cavalcanti, articulada à análise de documentos oficiais, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta análise se deu de forma qualitativa, valorizando a criteriosa análise de conteúdo.

Esta pesquisa classificada como qualitativa de caráter bibliográfico e documental, orientada pela abordagem crítica da Geografia urbana este procedimento metodológico privilegia a interpretação dos processos de produção do espaço urbano e das contradições associadas ao programa Minha Casa Minha Vida, relacionando-os às práticas pedagógicas escolares. Dessa forma, busca-se compreender como os conteúdos curriculares podem promover uma leitura crítica da cidade e das desigualdades socioespaciais, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes, a análise foi orientada da pelas seguintes categorias: Produção do espaço(Santos), segregação socioespacial (Correa), direito a cidade (Lefebvre) e pensamento espacial crítico (Callai).

Discutir esses temas no 8º ano do Ensino Fundamental II é também uma forma de desenvolver a cidadania. A escola, enquanto espaço de

formação integral, precisa proporcionar aos alunos a compreensão dos direitos sociais e dos mecanismos de participação na gestão urbana. Libâneo (2008) propõe uma “escola para novos tempos”, que não apenas transmite conteúdos, mas forma sujeitos críticos, capazes de questionar políticas públicas e de atuar em sua comunidade. O estudo da urbanização e das políticas habitacionais, nesse sentido, contribui para que os alunos percebam a cidade como espaço de luta por direitos, e não apenas como cenário de consumo.

Diante dessas questões, a pergunta que orienta este artigo é: como o ensino de Geografia pode articular os conteúdos de urbanização, moradia popular e políticas públicas para formar cidadãos capazes de compreender e transformar a realidade urbana? O objetivo geral é analisar as relações entre o processo de urbanização brasileiro, o programa Minha Casa Minha Vida e o ensino de Geografia no Ensino Fundamental II, identificando possibilidades pedagógicas que aproximem o currículo escolar da vida cotidiano. Ao integrar teoria e prática, pretende-se demonstrar que a escola é um espaço estratégico para a construção de uma consciência crítica sobre a cidade, suas desigualdades e seus direitos.

Assim, este trabalho propõe-se a dialogar com a BNCC, e produção acadêmica sobre urbanização e ensino de Geografia, destacando a importância de inserir a temática da moradia popular nas práticas pedagógicas. Mas do que um tema de sala de aula, a urbanização é parte da experiência vivida dos estudantes, que, em muitos casos, residem em conjuntos habitacionais, bairros periféricos ou áreas em processo de reestruturação. Reconhecer essas vivências como ponto de partida para o ensino é fundamental para formar cidadãos que não apenas compreendam a cidade, mas também reivindiquem seu direito de transformá-la.

Diante desse percurso analítico, o artigo estrutura-se em três momentos articulados. No primeiro, discute-se a urbanização brasileira a partir de suas contradições estruturais, enfatizando o déficit habitacional e as ambivalências das políticas públicas de moradia, com destaque para o programa Minha Casa Minha Vida, situando-o no contexto da produção desigual do espaço urbano, especialmente na Amazônia paraense.

No segundo momento, estabelece-se a articulação entre essas dinâmicas socioespaciais e o ensino de Geografia no 8º ano do Ensino

Fundamental II, A BNCC e o currículo municipal foram analisados a partir de leitura interpretativa, identificando habilidades e competência relacionadas as temáticas urbanas a fim de evidenciar como a temática da habitação integra o programa da disciplina e pode ser trabalhada pedagogicamente. Por fim, apresentam-se a Análise e implicações pedagógicas decorrentes dessa análise, demonstrando como a abordagem crítica da urbanização e da moradia popular contribui para a formação cidadã e para o desenvolvimento do pensamento espacial crítico no contexto escolar.

2. Urbanização e moradia popular: contradições e políticas públicas

A urbanização brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX, configurou-se como um dos mais intensos e complexos processos de transformação territorial da América Latina. O crescimento acelerado das cidades, impulsionado pela industrialização, migrações internas e pela concentração de serviços, gerou metrópoles densas e multifacetadas, marcadas por profundas desigualdades socioespaciais.

Nesse contexto, Corrêa (1999) observa que o espaço urbano é produto e condição da reprodução social, sendo continuamente produzido e transformado pelas relações de produção e pelas práticas cotidianas. Assim, a cidade não é apenas um conjunto de construções, mas um campo de disputas, no qual diferentes agentes – Estado, mercado, população – negociam, competem e redefinem continuamente seus usos e significados.

No Brasil, a urbanização foi acompanhada de um histórico déficit habitacional. A chegada massiva de migrantes às cidades não foi acompanhada por políticas públicas eficazes de planejamento urbano e habitação, resultando na proliferação de favelas, cortiços e loteamentos irregulares. De acordo com Ventura, Bonifácio e Bastos (2022), esse quadro se insere em uma lógica latino-americana em que a expansão urbana ocorreu de forma desordenada, produzindo cidades heterogêneas e socialmente fragmentadas. Esse processo revela o que Milton Santos descreve como a “urbanização corporativa”, em que o crescimento das cidades atende

prioritariamente aos interesses do capital, relegando a população de baixa renda a espaços de precariedade.

Nesse contexto de desigualdade estrutural, surgiram políticas habitacionais em diferentes períodos históricos, com destaque, nas últimas décadas, para o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Criado em 2009, o MCMV buscou reduzir o déficit habitacional por meio da construção de milhões de moradias populares subsidiadas pelo governo federal. O programa representou um marco na política habitacional brasileira, permitindo que famílias de baixa renda, muitas delas pela primeira vez, tivessem acesso à casa própria. No entanto, os resultados revelam tanto avanços quanto contradições: embora tenha proporcionado moradia a milhões de brasileiros, grande parte dos empreendimentos foi construída em áreas periféricas, afastadas dos centros urbanos, reforçando a segregação espacial.

A localização dos empreendimentos do MCMV é uma questão central para entender seus impactos. Frequentemente, os terrenos disponíveis para construção são aqueles de menor valor de mercado, situados em regiões distantes, com infraestrutura urbana precária e deficiente oferta de serviços públicos. Essa lógica reduz o custo de implantação, mas transfere para os moradores os custos de mobilidade e a dificuldade de acesso a empregos, escolas e saúde. Mendes (2023) demonstra, em sua análise da Região Metropolitana de Belém, que esses empreendimentos contribuem para a criação de novas centralidades, mas não necessariamente para a redução das desigualdades. Ao deslocar populações para áreas mais distantes, o programa acaba produzindo “ilhas de moradia” que reforçam a dependência do transporte e a fragmentação urbana.

Além da segregação espacial, a produção de moradias populares se insere em um circuito mais amplo de valorização imobiliária. Como destacam Miranda Neto et al. (2025), a Amazônia paraense vivencia uma reconfiguração das periferias, em que as bordas urbanas deixaram de ser exclusivamente espaços de precariedade para se tornarem heterogêneas, abrigando tanto conjuntos populares quanto empreendimentos de médio e alto padrão. Essa transformação é impulsionada por agentes do mercado imobiliário que veem nas políticas habitacionais uma oportunidade de investimento, contribuindo para a expansão do tecido urbano e para a criação de novas dinâmicas de

consumo. O resultado é um espaço urbano híbrido, em que pobreza e novos empreendimentos convivem em proximidade, mas não em igualdade.

O caso da Região Metropolitana de Belém é exemplar para compreender essas mudanças. Desde a década de 1960, Belém tem experimentado forte crescimento populacional, que se intensificou com a criação de municípios vizinhos como Ananindeua e Marituba. Mendes (2023) identifica que a metropolização da região resultou em uma multicentralidade urbana, na qual diferentes polos de serviços e consumo emergem em áreas antes periféricas, atraindo investimentos e novas formas de moradia. O MCMV, ao ofertar moradias em bairros afastados, participa desse processo ao induzir a criação de novos fluxos de mobilidade e comércio, transformando as bordas urbanas em espaços estratégicos para o mercado imobiliário.

Essas dinâmicas revelam a ambivalência das políticas habitacionais: por um lado, respondem a uma necessidade social urgente, oferecendo moradia a famílias historicamente excluídas; por outro, reforçam a lógica capitalista de produção do espaço, em que o acesso à cidade continua mediado pela capacidade de consumo.

À vista disso, Elias (2003) e Elias e Pequeno (2006) observam que a reestruturação produtiva e a difusão do agronegócio na Amazônia ampliaram a demanda por novas áreas urbanas, ao mesmo tempo em que concentraram renda e poder nas mãos de poucos, intensificando a especulação fundiária e imobiliária. Assim, mesmo políticas sociais podem servir de vetor para a reprodução das desigualdades que pretendem combater.

Outro aspecto importante é a relação entre o MCMV e a infraestrutura urbana. Em muitas cidades, a construção dos conjuntos habitacionais não foi acompanhada pela oferta adequada de transporte, saneamento, saúde e educação. Essa carência compromete a qualidade de vida dos moradores e perpetua a exclusão social. Na prática, a conquista da casa própria, tão valorizada simbolicamente, muitas vezes vem acompanhada de novos desafios, como longas distâncias para o trabalho, gastos elevados com transporte e dificuldade de acesso a serviços essenciais. A “moradia digna”, objetivo declarado do programa, torna-se relativa quando não é acompanhada por condições urbanas que garantam bem-estar e inclusão.

Além das questões de infraestrutura, a experiência cotidiana dos moradores revela as tensões entre a promessa de cidadania e a realidade das periferias. Estudos de campo em conjuntos do MCMV mostram que a participação comunitária nas decisões urbanas é limitada, e que a gestão dos espaços coletivos enfrenta dificuldades ligadas à manutenção, segurança e organização. Isso evidencia a necessidade de políticas habitacionais que não se limitem à construção de unidades, mas que promovam processos de inclusão social, fortalecimento comunitário e gestão participativa. O desafio não é apenas garantir teto, mas possibilitar a construção de uma vida urbana plena.

Sob uma perspectiva geográfica, a produção de moradia popular deve ser compreendida como parte do processo de urbanização desigual que caracteriza o Brasil. Callai (2013) argumenta que a Geografia permite desvelar essas contradições ao ensinar os alunos a “ler o mundo” e identificar as relações entre sociedade e espaço. Ao analisar os empreendimentos habitacionais, é possível perceber como a localização, o desenho urbano e as condições de infraestrutura revelam relações de poder e interesses econômicos. Essa abordagem reforça a importância do ensino de Geografia como instrumento de compreensão crítica da cidade e de formação cidadã.

No caso específico da Amazônia, a urbanização assume características singulares. As cidades amazônicas, historicamente formadas em meio a rios e florestas, combinam elementos de modernidade e tradição, globalização e isolamento. A inserção de programas habitacionais em áreas de expansão urbana frequentemente implica desmatamento, alteração de ecossistemas e impactos ambientais que se somam aos problemas sociais. Assim, o debate sobre moradia popular na região não pode ignorar as questões ambientais, reforçando a necessidade de uma abordagem integrada entre habitação, planejamento urbano e sustentabilidade.

Por fim, é preciso destacar que o MCMV, apesar de suas limitações, representou um avanço significativo no enfrentamento do déficit habitacional brasileiro. Sua experiência oferece importantes lições para políticas futuras: a importância da localização adequada, da integração com infraestrutura e serviços, da participação comunitária e do planejamento urbano que considere as especificidades regionais. Como observa Libâneo (2008), a escola deve preparar os alunos para compreender essas complexidades, formando

cidadãos capazes de reivindicar políticas mais justas e de participar ativamente da construção de cidades mais inclusivas.

Em síntese, a urbanização brasileira e a política de moradia popular constituem um campo de tensões entre inclusão e exclusão, progresso e desigualdade. O programa Minha Casa Minha Vida, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à moradia, evidencia as contradições de um modelo de desenvolvimento urbano que privilegia o mercado em detrimento do direito à cidade. Compreender essas contradições é fundamental não apenas para pesquisadores e gestores, mas também para estudantes, que vivenciam cotidianamente os efeitos dessas políticas e precisam ser formados para agir de maneira crítica e transformadora no espaço urbano.

3. Ensino de Geografia e leitura crítica da cidade

A discussão sobre urbanização e moradia popular no ensino de Geografia exige que se estabeleça, de forma explícita, o vínculo entre as variáveis estruturantes do tema — habitação, políticas públicas, segregação socioespacial e produção do espaço urbano — e o programa curricular do Ensino Fundamental II. No 8º ano, a Base Nacional Comum Curricular orienta o trabalho com as dinâmicas urbanas latino-americanas, enfatizando a análise das desigualdades, da distribuição populacional e das condições de vida nas cidades, conforme explicitado nas habilidades EF08GE16 e EF08GE17. Nesse sentido, a temática da moradia popular não constitui um acréscimo eventual ao conteúdo programático, mas integra o eixo estruturante que trata das transformações do espaço urbano e das contradições da urbanização contemporânea.

No âmbito municipal, o currículo da Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua (SEMEC) organiza o 8º ano a partir do eixo “Espaço urbano e dinâmicas populacionais”, contemplando conteúdos como crescimento das cidades amazônicas, mobilidade urbana, expansão periférica e desigualdades territoriais. Assim, a habitação — especialmente quando vinculada a programas como o Minha Casa Minha Vida — insere-se diretamente no programa de Geografia, permitindo ao professor trabalhar a produção do espaço urbano a

partir da realidade local. Conforme argumenta Cavalcanti (2008), o currículo não deve ser compreendido como lista estática de conteúdos, mas como mediação que articula conhecimento científico e experiência vivida, possibilitando que os estudantes interpretem criticamente o território em que habitam.

Nesse contexto, o ensino de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental II possui um papel central para que os estudantes compreendam a urbanização, a moradia popular e as dinâmicas socioespaciais que moldam suas próprias vidas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e orientam que a disciplina possibilite a formação de cidadãos críticos, capazes de analisar fenômenos urbanos e suas contradições. Esses documentos enfatizam que o conhecimento geográfico não deve ser reduzido à memorização de conceitos ou à descrição de paisagens, mas deve estimular a leitura do mundo, a identificação de problemas locais e a construção de propostas de intervenção. Nesse contexto, trabalhar a urbanização e programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida (MCMV) nas aulas de Geografia torna-se um caminho para relacionar conteúdo curricular e realidade social.

Callai (2005, 2013) propõe que a Geografia escolar seja um exercício de aprender a “ler o mundo”. Essa leitura parte do lugar vivido pelos alunos – o bairro, a cidade, a região – como ponto de partida para compreender processos mais amplos. Ao investigar seu entorno, os estudantes percebem que a urbanização não é um fenômeno distante, mas algo que afeta seu cotidiano: o transporte público que utilizam, o bairro em que moram, o preço do aluguel, a existência (ou ausência) de áreas de lazer. O estudo de casos locais, como conjuntos habitacionais do MCMV ou novas centralidades urbanas em cidades amazônicas, aproxima a teoria da prática, permitindo que os alunos façam conexões entre a geografia acadêmica e suas experiências pessoais.

Cavalcanti (2008) reforça essa perspectiva ao destacar que o ensino de Geografia deve possibilitar a construção de conhecimentos a partir da problematização da realidade. Para a autora, o aluno não é um receptor passivo de informações, mas um sujeito ativo que interpreta, questiona e reconstrói o espaço a partir de sua vivência. Assim, ao abordar a urbanização e a moradia popular, o professor deve incentivar a observação direta, a investigação de campo, o uso de mapas, fotografias e dados estatísticos. Essa

metodologia favorece a compreensão das contradições urbanas, como a segregação espacial, a especulação imobiliária e a desigualdade no acesso a serviços públicos.

A abordagem de temas como o MCMV no 8º ano do ensino fundamental possibilita discutir não apenas questões habitacionais, mas também direitos sociais e cidadania. Ao analisar a localização dos empreendimentos, os estudantes podem identificar problemas de mobilidade, carência de infraestrutura e desafios ambientais, refletindo sobre as implicações dessas escolhas para a qualidade de vida das famílias. Essa reflexão amplia a compreensão do “direito à cidade”, conceito formulado por Henri Lefebvre e amplamente discutido na Geografia crítica. Trabalhar com esse conceito em sala de aula ajuda os alunos a perceber que a cidade é um espaço de lutas sociais, em que diferentes grupos disputam território, serviços e reconhecimento.

Nessa perspectiva, Libâneo (2008) argumenta que a escola precisa se adaptar aos novos tempos, promovendo uma educação que desenvolva autonomia intelectual e engajamento social. Nesse sentido, a Geografia deve contribuir para que os estudantes não apenas entendam os processos urbanos, mas também se vejam como protagonistas capazes de intervir em sua realidade. Atividades como debates, elaboração de mapas mentais, entrevistas com moradores de conjuntos habitacionais e participação em audiências públicas podem fortalecer o senso de cidadania e a capacidade de argumentação. Dessa forma, o estudo da urbanização deixa de ser um conteúdo abstrato para se tornar uma prática de formação política e ética.

Outro elemento importante é a valorização das escalas geográficas. O professor pode mostrar como a urbanização local se conecta a fenômenos nacionais e globais, como a financeirização da moradia, a expansão do agronegócio ou as políticas econômicas que influenciam o mercado imobiliário. Ao entender que o bairro em que vivem é parte de uma rede de relações mais ampla, os estudantes desenvolvem o pensamento espacial crítico, fundamental para a compreensão das dinâmicas contemporâneas. Essa articulação entre o local e o global é destacada pela BNCC como competência essencial para a formação do cidadão do século XXI.

A cartografia escolar é um recurso indispensável para esse processo. Mapas, plantas urbanas, imagens de satélite e aplicativos de georreferenciamento permitem que os alunos visualizem a distribuição dos conjuntos habitacionais, as áreas de maior concentração populacional e os fluxos de transporte. A leitura e a produção de mapas não apenas reforçam conteúdos de localização, mas também estimulam a análise crítica da ocupação do espaço. Por exemplo, ao mapear os empreendimentos do MCMV, os estudantes podem identificar padrões de periferização, áreas de risco e desigualdade no acesso a equipamentos urbanos.

O estudo do município, defendido por Callai (1995), é especialmente relevante no 8º ano do ensino fundamental para compreender a urbanização amazônica. Em cidades como Belém, Ananindeua ou Marituba, os conjuntos habitacionais convivem com áreas de várzea, comunidades ribeirinhas e novas centralidades de consumos, a BNCC Orienta nas habilidades (EF08GE16) *Analisar as problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas ligadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e as condições de vida e trabalho.* E Na habilidade (EF08GE17) *Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de risco.* Essa diversidade exige uma abordagem que integre aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais. O professor pode, por exemplo, propor atividades de campo para que os alunos investiguem como as políticas habitacionais impactam o meio ambiente, o modo de vida das comunidades e a organização do território.

As questões ambientais também precisam ser incorporadas ao debate. Em regiões como a Amazônia, a expansão urbana associada a programas habitacionais frequentemente implica desmatamento, alteração de ecossistemas e riscos de enchentes. Trabalhar esses temas em sala de aula permite que os alunos compreendam a interdependência entre sociedade e natureza, desenvolvendo consciência ecológica e responsabilidade socioambiental. A Geografia, nesse sentido, atua como ponte entre a educação ambiental e a compreensão das dinâmicas urbanas, reforçando a importância de políticas habitacionais sustentáveis.

O ensino de Geografia também deve explorar as dimensões culturais da cidade. A urbanização não é apenas um processo material, mas também simbólico, que envolve identidades, memórias e práticas cotidianas. Ao discutir a moradia popular, o professor pode incentivar os alunos a investigar como os moradores dos conjuntos habitacionais constroem seus laços comunitários, preservam tradições e criam novas formas de convivência. Essa perspectiva amplia a compreensão da cidade como espaço de diversidade e de resistência, em que diferentes culturas e modos de vida se encontram e se transformam.

A interdisciplinaridade é outro caminho para fortalecer o estudo da urbanização. O diálogo com a História, a Sociologia, a Matemática e as Ciências possibilita análises mais complexas e integradas. Por exemplo, a Matemática pode ser utilizada para interpretar dados demográficos, enquanto a História ajuda a compreender as políticas habitacionais em diferentes períodos. Essa articulação entre áreas do conhecimento torna o ensino mais dinâmico e favorece a construção de saberes significativos, conectados à vida real dos alunos.

Nessa perspectiva, é fundamental que os professores de Geografia recebam formação continuada para lidar com esses desafios. A realidade urbana é dinâmica e exige atualização constante sobre políticas públicas, novas centralidades, movimentos sociais e questões ambientais. Investir em cursos, oficinas e redes de troca de experiências fortalece a prática docente e amplia a capacidade de trabalhar com temas como urbanização e moradia popular de forma crítica e contextualizada.

Como lembra Callai (2013), o professor de Geografia é um mediador do conhecimento, cuja tarefa é provocar a curiosidade, estimular a investigação e formar cidadãos capazes de intervir em seu espaço. Em síntese, o ensino de Geografia no Ensino Fundamental II deve ir além da transmissão de informações sobre cidades e mapas. Ele precisa se constituir em um espaço de formação crítica, onde os estudantes aprendam a compreender a produção do espaço urbano, a questionar políticas públicas e a reivindicar o direito à cidade.

A incorporação da temática da moradia popular no ensino de Geografia, especialmente no 8º ano, potencializa o desenvolvimento do pensamento espacial crítico ao articular diferentes escalas de análise — do bairro à metrópole, do local ao nacional. Como propõe Callai (2013), aprender

Geografia implica aprender a “ler o mundo”, compreendendo que o espaço é resultado de relações sociais historicamente construídas. Ao analisar a localização de conjuntos habitacionais, os padrões de periferização e a distribuição desigual de infraestrutura, os estudantes são conduzidos a perceber que a cidade não é neutra, mas expressão concreta de disputas econômicas e políticas.

Desse modo, o ensino de Geografia assume dimensão formativa que ultrapassa a transmissão de conteúdos descritivos, consolidando-se como espaço de formação cidadã. Ao relacionar as orientações da Base Nacional Comum Curricular com o programa da SEMEC de Ananindeua e com a realidade urbana amazônica, o trabalho pedagógico com a habitação contribui para que os estudantes compreendam o direito à cidade em sua dimensão material e simbólica. Conforme defende Libâneo (2008), a escola contemporânea deve formar sujeitos capazes de interpretar criticamente as políticas públicas e participar ativamente da vida social. Assim, discutir urbanização e moradia popular no 8º ano não apenas atende às diretrizes curriculares, mas reafirma o papel da Geografia escolar na construção de uma consciência territorial e democrática.

4. Análises e Implicações pedagógicas

A articulação entre urbanização, políticas de moradia popular e ensino de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental II evidencia que a inserção da temática da habitação no currículo ultrapassa a dimensão descritiva e assume caráter estruturante na formação do pensamento espacial crítico. Ao relacionar as orientações da Base Nacional Comum Curricular e do currículo da SEMEC de Ananindeua com a realidade concreta dos estudantes, esta análise permitiu o desenvolvimento pedagógico de um quadro que visa demonstrar como poderia se dar a aplicação didática do tema na sala de aula. (Quadro 1).

Quadro 1 – Articulação entre urbanização, moradia popular e práticas pedagógicas no 8º ano do Ensino Fundamental II.

Variável temática	Conteúdo curricular (8º ano)	Referência BNCC	Objetivos formativos	Práticas pedagógicas propostas	Competências desenvolvidas
Urbanização brasileira	Crescimento das cidades latino-americanas; metropolização; dinâmica populacional	EF08GE16	Compreender a urbanização como processo histórico, desigual e contraditório	Aula dialogada com análise de gráficos de crescimento urbano; construção de linha do tempo da urbanização brasileira	Pensamento espacial; análise histórica do território
Moradia popular e políticas públicas	Déficit habitacional; políticas de habitação; segregação socioespacial	EF08GE17	Analisar a moradia como direito social e como expressão da produção do espaço	Estudo de caso do programa Minha Casa Minha Vida no município; leitura crítica de mapas de localização dos conjuntos habitacionais	Leitura crítica do espaço; interpretação cartográfica
Segregação socioespacial	Distribuição desigual de infraestrutura e serviços urbanos	EF08GE17	Identificar padrões de periferização e desigualdade territorial	Produção de mapa mental do bairro; comparação entre áreas centrais e periféricas; análise de imagens de satélite	Raciocínio geográfico; análise comparativa
Mobilidade e infraestrutura urbana	Fluxos urbanos; transporte; acesso a serviços	EF08GE16	Relacionar localização da moradia e acesso a oportunidades urbanas	Entrevistas com moradores; levantamento de	Investigação empírica; interpretação de dados

				tempo médio de deslocamento casa–escola; elaboração de gráficos	
Urbanização amazônica	Expansão urbana, áreas de várzea, impactos ambientais	EF08GE16	Compreender especificidades regionais da urbanização	Trabalho de campo no entorno escolar; registro fotográfico; relatório analítico	Observação geográfica; articulação sociedade-natureza
Direito à cidade	Cidadania, participação social, políticas públicas	EF08GE16 / EF08GE17	Desenvolver consciência territorial e participação crítica	Debate orientado; simulação de audiência pública sobre implantação de conjunto habitacional	Argumentação; formação cidadã

Fonte: elaborado pelo autor, 2026.

O quadro evidencia que a temática da moradia popular pode ser trabalhada como conteúdo informativo, e como eixo estruturador do raciocínio geográfico. Ao articular conceitos como território, centralidade, segregação e mobilidade às experiências concretas dos estudantes, a prática pedagógica desloca o ensino da descrição para a problematização. Essa organização lógica demonstra que o currículo do 8º ano oferece respaldo normativo suficiente para o desenvolvimento de práticas investigativas, cabendo ao professor mobilizar metodologias que conectem o conteúdo às transformações observadas no espaço urbano local. Dessa forma, o ensino de Geografia consolida-se como instrumento de leitura crítica da cidade e de formação para o exercício do direito à cidade.

Os resultados indicam que a abordagem do programa Minha Casa Minha Vida em sala de aula favorece a problematização da produção desigual

do espaço urbano. Ao analisar a localização dos empreendimentos, os padrões de periferação e a oferta diferenciada de infraestrutura, os estudantes conseguem identificar a dimensão política das decisões urbanas. Essa movimentação confirma a perspectiva de Milton Santos, para quem o espaço é produto de ações intencionais e de racionalidades distintas, frequentemente orientadas pela lógica do capital.

Do ponto de vista didático, observou-se que a utilização de metodologias investigativas — análise cartográfica, leitura de dados demográficos, interpretação de imagens de satélite e observação do entorno escolar — amplia a capacidade dos estudantes de correlacionar conceitos como território, lugar, centralidade e segregação socioespacial com situações concretas. Esse processo fortalece a concepção defendida por Callai (2013) de que ensinar Geografia implica ensinar a “ler o mundo”, articulando escalas e conectando o vivido ao estrutural. A experiência local dos estudantes, especialmente em contextos amazônicos marcados por expansão periférica e formação de novas centralidades, torna-se ponto de partida para a compreensão da urbanização brasileira em perspectiva mais ampla.

Outro resultado relevante refere-se à percepção de que o currículo oficial oferece respaldo normativo para a abordagem crítica da temática, mas sua efetivação depende da mediação docente. As habilidades EF08GE16 e EF08GE17 da Base Nacional Comum Curricular estabelecem a análise das problemáticas urbanas latino-americanas e da segregação socioespacial como competências a serem desenvolvidas no 8º ano. Contudo, a transposição didática desses conteúdos exige que o professor contextualize os fenômenos, relacionando-os ao território municipal e às transformações observadas na Região Metropolitana de Belém. Nesse sentido, o currículo atua como diretriz, mas é a prática pedagógica que concretiza sua dimensão formativa.

No plano analítico, a discussão evidencia a ambivalência das políticas habitacionais. Embora o MCMV represente avanço no enfrentamento do déficit habitacional, sua implantação majoritária em áreas periféricas reforça padrões históricos de fragmentação urbana. A análise crítica desse processo em sala de aula permite que os estudantes compreendam que políticas públicas podem simultaneamente promover inclusão social e reproduzir desigualdades estruturais. Essa percepção contribui para a construção de uma consciência

territorial que reconhece a cidade como espaço de conflitos, negociações e disputas por direitos.

Além disso, os resultados apontam que a abordagem interdisciplinar potencializa a compreensão das múltiplas dimensões da moradia popular. A articulação com a História possibilita contextualizar a evolução das políticas habitacionais no Brasil; com a Matemática, interpretar indicadores demográficos e dados de déficit habitacional; e com a Educação Ambiental, analisar os impactos da expansão urbana sobre áreas de várzea e ecossistemas amazônicos. Essa integração amplia a complexidade da análise e fortalece o entendimento da urbanização como fenômeno multidimensional.

Do ponto de vista formativo, a discussão confirma que o ensino de Geografia, ao trabalhar a moradia popular como categoria analítica, contribui para a consolidação do conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre. Ao compreender que o direito à moradia envolve acesso à infraestrutura, mobilidade, serviços e participação social, os estudantes ampliam sua visão sobre cidadania e passam a reconhecer-se como sujeitos inseridos em dinâmicas territoriais mais amplas.

Essa dimensão política do ensino de Geografia reforça o papel da escola na formação de indivíduos capazes de interpretar criticamente políticas públicas e de participar da vida urbana. Em síntese, os resultados e discussões indicam, portanto, que a inserção sistemática da temática da urbanização e da moradia popular no 8º ano do Ensino Fundamental II não apenas atende às diretrizes curriculares, mas fortalece a formação de sujeitos críticos. Ao articular teoria geográfica, análise das políticas habitacionais e realidade local amazônica, o ensino de Geografia revela-se instrumento fundamental para compreender a produção do espaço urbano e para fomentar práticas educativas comprometidas com a construção de cidades mais justas e inclusivas.

5. Conclusão

A análise da urbanização brasileira, das políticas de moradia popular e do ensino de Geografia no 8º ano do Ensino Fundamental II evidencia um

campo de tensões em que avanços sociais convivem com permanências estruturais de desigualdade. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) representa um esforço significativo para enfrentar o déficit habitacional, mas sua implementação revela limitações decorrentes da lógica de mercado que orienta a produção do espaço urbano. A construção de moradias em áreas periféricas, a ausência de infraestrutura adequada e a dependência de transportes precários demonstram que a garantia da casa própria, embora necessária, não é suficiente para assegurar o pleno direito à cidade.

Nesse cenário, a Geografia escolar desponta como ferramenta fundamental para formar sujeitos capazes de compreender e questionar tais contradições. Este estudo contribui para o debate sobre o ensino de Geografia ao propor desenvolver competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como o pensamento espacial e a leitura crítica do mundo, o ensino de Geografia permite que os estudantes reconheçam as relações entre políticas públicas, interesses econômicos e condições de vida urbana. Como limitação, destaca-se o caráter bibliográfico da pesquisa algo que não afeta a compreensão e fortalece a cidadania e amplia a capacidade de participação em debates e decisões sobre a cidade.

O estudo da urbanização nas aulas de Geografia também aproxima os conteúdos acadêmicos da realidade dos alunos. Muitos estudantes vivem em bairros periféricos, conjuntos habitacionais ou áreas de expansão urbana e, portanto, são diretamente afetados pelas políticas habitacionais e pelos processos de crescimento das cidades. Ao discutir o MCMV, os alunos podem refletir sobre sua própria experiência, relacionando-a a conceitos como segregação socioespacial, centralidade, mobilidade urbana e sustentabilidade. Essa aproximação entre teoria e prática torna a aprendizagem mais significativa e desperta o interesse pela transformação social.

Outro ponto central é a valorização da escala local como porta de entrada para compreender fenômenos globais. O estudo do município, defendido por Callai (1995, 2013), permite que os alunos investiguem a cidade em que vivem, identificando problemas de moradia, mobilidade e infraestrutura, ao mesmo tempo em que estabelecem conexões com processos nacionais e internacionais, como a financeirização da moradia e a expansão do agronegócio. Essa articulação entre o próximo e o distante fortalece o

pensamento geográfico e ajuda a perceber que as desigualdades urbanas são parte de um sistema mais amplo.

A experiência amazônica, em especial a da Região Metropolitana de Belém, ilustra de maneira exemplar as complexidades da urbanização brasileira. A criação de novas centralidades, a convivência entre empreendimentos populares e áreas de alto padrão e os impactos ambientais da expansão urbana desafiam visões tradicionais de centro e periferia. Discutir essas especificidades em sala de aula é fundamental para que os estudantes compreendam que a urbanização não é homogênea, mas marcada por múltiplas realidades que se sobrepõem e se transformam.

Além da compreensão espacial, o ensino de Geografia possibilita trabalhar valores éticos e políticos. Ao estudar programas habitacionais, os alunos podem refletir sobre questões como justiça social, direito à moradia e participação cidadã. A cidade, vista não apenas como espaço físico, mas como produto de relações sociais, torna-se um campo de lutas em que os cidadãos reivindicam melhores condições de vida, infraestrutura e reconhecimento de seus direitos. Essa dimensão política é essencial para formar sujeitos ativos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa.

A prática pedagógica, nesse sentido, deve ir além da simples transmissão de conteúdos. O professor de Geografia atua como mediador, provocando a curiosidade, incentivando a investigação e estimulando o pensamento crítico. Atividades como mapeamentos participativos, visitas a conjuntos habitacionais, análise de dados demográficos e debates sobre políticas públicas ajudam a desenvolver competências de pesquisa e argumentação, preparando os estudantes para compreender e intervir em sua realidade.

No entanto, para que esse processo seja efetivo, é necessário investir na formação continuada dos docentes. A urbanização é um fenômeno dinâmico, marcado por constantes mudanças nas políticas públicas, no mercado imobiliário e nas dinâmicas socioambientais. Professores bem preparados poderão atualizar conteúdos, utilizar novas tecnologias, incorporar perspectivas decoloniais e trabalhar a interdisciplinaridade, elementos que tornam o ensino de Geografia mais atual e conectado com os desafios contemporâneos.

O desafio da moradia popular, por sua vez, exige políticas integradas que articulem habitação, transporte, meio ambiente e participação social. A experiência do MCMV demonstra que a simples construção de casas não resolve problemas estruturais, sendo necessário planejar cidades mais inclusivas, sustentáveis e democráticas. O ensino de Geografia, ao revelar essas contradições, contribui para a formação de cidadãos que possam cobrar e participar de políticas mais eficazes, tornando-se agentes de transformação.

Em síntese, a relação entre urbanização, moradia popular e ensino de Geografia no Ensino Fundamental II evidencia a importância de uma educação que articule conhecimento científico, realidade local e formação cidadã. Ao discutir o MCMV e outros programas habitacionais, a escola amplia a compreensão dos alunos sobre a cidade, desenvolve habilidades críticas e fortalece valores democráticos. Formar jovens capazes de compreender e transformar o espaço urbano é, portanto, um passo essencial para a construção de cidades mais justas e para a efetivação do direito à cidade no Brasil.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 jul. 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. **A geografia escolar e os conteúdos da Geografia**. In: CALLAI, Helena Copetti. A formação do profissional de Geografia: o professor. Coleção Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. p. 39-59.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo – a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 20, p. 31-34, dez. 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38030/24532>. Acesso em: 21 set. 2025.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ELIAS, Denise. **Reestruturação produtiva da agropecuária**. In: ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura. São Paulo: Edusp, 2003. p. 59-65.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Uma escola para novos tempos**. In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 2008. p. 45-62.

MENDES, Luiz Augusto Soares. **A urbanização metropolitana estendida: aspectos da produção do espaço de Belém e de sua região**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MENDES, Luiz Augusto Soares. **As metamorfoses da metropolização e das dinâmicas imobiliárias na Região Metropolitana de Belém**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2022.

MENDES, Luiz Augusto Soares. **Metrópole e consumo: condomínios fechados, comércio e centralidade em Belém**. Curitiba: CRV, 2020.

MENDES, Luiz Augusto Soares. Os centros e as centralidades da região urbana de Belém. **Revista Formação (Online)**, v. 30, n. 57, p. 173-209, 2023. DOI: 10.33081/formacao.v30i57.XXXX.

MENDES, Luiz Augusto Soares. Os centros e as centralidades da região urbana de Belém. **Revista Formação (Online)**, v. 30, n. 57, p. 173–209, 2023.

MIRANDA NETO, José Quirino de; CORRÊA, Leonardo P.; MENDES, Luiz A. S.; RIBEIRO, Willame de O. Das periferias às bordas heterogêneas: repercussões da produção imobiliária recente em espaços urbanos complexos da Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 27, e202528, 2025. DOI: 10.22296/2025.e202528.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

VENTURA, Natália Guimarães; BONIFÁCIO, Ingrid Ribeiro Olanda; BASTOS, Frederico de Holanda. O estudo da cidade e da urbanização brasileira para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental. **Revista Verde Grande – Geografia e Interdisciplinaridade**, Montes Claros, v. 4, n. 2, p. 289-302, 2022. DOI: 10.46551/rvg2675239520222288300.

SANTOS, T. V. Metrópole e região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luis. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.